

reun
[Handwritten signature]

91ª Reunião
Sessão Ordinária de Novembro
(3ª Reunião)
Realizada em 26 de novembro de 2019

ATA EM MINUTA

Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do estipulado nos n.ºs 4 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo e, ainda, do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Regimento da Assembleia, deliberou a Assembleia Municipal de Lisboa aprovar em minuta, nos termos da Deliberação n.º 353/AM/2017 (Proposta n.º 005/PAM/2017), a ata e o texto das deliberações tomadas na Reunião de 26 de novembro de 2019, e a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos Votos, das Recomendações e das Propostas, a ata em minuta:-----

Voto nº 91/04 (PS)

(Subscrito pelo Grupo Municipal do PS) -----

“Voto de Pesar Por todas as mulheres vítimas de abuso, assédio, maus tratos ou qualquer outra forma de violência”; -----

(Aprovado por unanimidade) -----

(Ausência do Grupo Municipal do PEV da Sala de Plenário) -----

(Ausência dos(as) Senhores(as) Deputados(as) Municipais Independentes Joana Alegre e Rodrigo Mello Gonçalves da Sala de Plenário) -----

Aprovação da Ata n.º 76, de 27 de junho de 2019

Apreciação e aprovação da ata. -----

(Aprovada por unanimidade. Os Deputados Municipais que não estiveram presentes na reunião a que esta ata respeita não participaram na aprovação da mesma, em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 34 do CPA) -----

Aprovação da Ata n.º 77, de 2 de julho de 2019

Apreciação e aprovação da ata. -----

(Aprovada por unanimidade. Os Deputados Municipais que não estiveram presentes na reunião a que esta ata respeita não participaram na aprovação da mesma, em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 34 do CPA) -----

Proposta n.º 776/CM/2019

(Subscrita pelo Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva) -----

Apreciação da Proposta 776/CM/2019 - Aprovar as Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2020-2023, bem como o Orçamento, o Mapa de Pessoal e a Tabela de Taxas Municipais, para 2020, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto nas alíneas a), b) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na redacção atual, na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redacção atual; -----

- Parecer da 1ª Comissão Permanente
- Recomendação 091/06 (DM IND Rui Costa)

Deliberada por pontos:

Pontos 3, 4, 5 e 6

(Aprovados por maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PCP/ BE/ PEV/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Eduardo Viana, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro – **Contra:** CDS-PP/ Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves - **Abstenção:** PSD/ PAN/ MPT) -----

Pontos 1, 2, 7, 8 e 9

(Aprovados por maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ BE/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Eduardo Viana, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves e Teresa Craveiro – **Contra:** CDS-PP/ PCP/ PEV/ Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves - **Abstenção:** PSD/ PAN/ MPT/ Deputado Municipal Independente Rui Costa) -----

Recomendação n.º 91/06
(DM IND Rui Costa)
apresentada no âmbito
da apreciação da
Proposta n.º
776/CM/2019

(Subscrita pelo Deputado Municipal Independente Rui Costa) -----

Apreciação da Recomendação nº 91/06 (DM IND Rui Costa) – *Por políticas públicas e contratação pública social e ambientalmente responsável, exige-se o imediato cumprimento do disposto no Eixo E das Grandes Opções do Plano do Município de Lisboa;* -----

Parte deliberativa da Recomendação nº 91/06 (DM IND Rui Costa): -----

“...a Assembleia Municipal de Lisboa reunida a 26 de Novembro de 2019 delibera, ao abrigo do disposto no artigo 24.º, n.º 2, alínea k), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa: -----

1 – *Que proceda de imediato à execução das medidas constantes do Eixo E das Grandes Opções do Plano, submetendo as respectivas propostas a esta Assembleia até ao final do 1.º Semestre de 2020.* -----

2 – *Que informe mensalmente esta Assembleia do estado de elaboração das medidas constantes do Eixo E das Grandes Opções do Plano.* -----

3 – *Que, no exercício da sua função acionista, estenda e adapte os critérios de contratação pública social e ambientalmente responsáveis às entidades do Sector Empresarial Local do Município de Lisboa, devendo a sua integral aplicação ser consagrada nos contratos de mandato a celebrar.* -----

4 – *Que no âmbito da negociação e celebração de contratos de delegação de competência com as Juntas de Freguesia, inclua os critérios de sustentabilidade social e ambiental que vierem a ser definidos, acompanhados da dotação financeira adequada.* -----

5 – *Que submeta a esta Assembleia Municipal revisão do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa, consagrando a adopção de medidas de responsabilidade social e ambiental na atribuição de apoios.* -----

6 – *Que submeta a esta Assembleia Municipal, até ao fim do 1.º trimestre de 2020 proposta de Regulamento de Benefícios e Isenções Fiscais em linha com a medida 5 do Eixo E (“Aplicação de um mecanismo que permita excluir de apoios públicos e benefícios fiscais ou isenções de taxas do município a entidades que recorram a trabalho precário.”).* -----

(Aprovados por maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PCP/ BE/ PAN/ PEV/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Eduardo Viana, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro – **Abstenção:** PSD/ CDS-PP/ MPT/ Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves) -----

Proposta n.º771/CM/2019

(Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal) -----



Apreciação do ponto 4 da parte deliberativa da Proposta 771/CM/2019 – Aprovar a minuta do Contrato-Programa para 2020 no âmbito das Orientações Estratégicas e do Plano de Atividades e Orçamento para 2020 da Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., S.A, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 32.º, na alínea a), do n.º 1, do artigo 42.º e nos n.ºs 1 e 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na redacção actual, no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e na alínea n), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redacção actual, e nas alíneas a) e b) do artigo 24.º e no artigo 26.º dos Estatutos da Lisboa Ocidental, SRU; -----

- Parecer conjunto da 1ª e 3ª Comissões Permanentes

(Aprovados por maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ BE/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Eduardo Viana, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Rui Costa – **Contra:** CDS-PP/ PCP/ PEV/ MPT/ Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves - **Abstenção:** PSD/ PAN/ Deputadas Municipais Independentes Joana Alegre e Teresa Craveiro) -----

(Ausência do Deputado Municipal Independente Miguel Graça da Sala de Plenário) -----

Com a necessária correção do erro material abaixo transcrito: -----

Na Proposta 771/CM/2019: -----

Na minuta de contrato, cláusula Terceira o primeiro parágrafo deve ser numerado com o número 1, o número 1 do segundo parágrafo passa a número 2 e o número 2 do parágrafo passa a número 3. -----

Proposta n.º775/CM/2019

(Subscrita pela Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto e pelo Vice-Presidente João Paulo Saraiva) -----

Apreciação do ponto 4 da parte deliberativa da Proposta 775/CM/2019 - Aprovar a minuta do Contrato-Programa para 2020 no âmbito das Orientações Estratégicas e do Plano de Atividades e Orçamento para 2020 da EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., S.A, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 42º e no n.º 1 e 5 do artigo 47º da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, no artigo 4º do Decreto-Lei n.º133/2013, de 3 de Outubro, na alínea n), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e no artigo 24º e nas alíneas a) e b) do artigo 27º dos Estatutos da EGEAC; -----

- Parecer conjunto da 1ª e 7ª Comissões Permanentes
- Recomendação 091/01 (1ª e 7ª CP)

(Aprovados por maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ BE/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Eduardo Viana, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro – **Contra:** PCP/ PEV - **Abstenção:** PSD/ CDS-PP/ PAN/ Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves) -----



(Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Joana Alegre e Miguel Graça da Sala de Plenário) -----

(Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário) -----

Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos: -----

Na Proposta 775/CM/2019: -----

No considerando 6 -----

Onde se lê: -----

"(...) quantificado em 10.500.000,00 euros, isento de IVA;" -----

Deve ler-se: -----

"(...) quantificado em 10.500.000,00 euros, não sujeito a IVA;" -----

No ponto 7 da Cláusula Terceira -----

Onde se lê: -----

"(...) tem o compromisso sequencial nº. 2919 (...)" -----

Deve ler-se: -----

" (...) tem o compromisso sequencial nº. ____ (...)" -----

**Recomendação nº 091/01
(1ª e 7ª CP) Resultante do
Parecer das 1ª e 7ª
Comissões Permanentes
sobre a Proposta nº
775/CM/2019**

(Subscrita pelas 1ª e 7ª Comissões Permanentes) -----

*1ª Comissão Permanente de Finanças, Património, Recursos Humanos
e Descentralização*

7ª Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto

Recomendação 091/01 (1ª e 7ª CP) Proposta 775/CM/2019

"Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a minuta do Contrato-Programa 2020 a celebrar com a EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M, com enquadramento na Ação D2.P003.01 – 40225, Orgânica 21.00 e Económica 05.01.01.01.01 do Orçamento de 2020. -----

O objectivo da EGEAC para 2020 passa por continuar a ocupar um papel fundamental nas dimensões da promoção e gestão cultural da cidade de Lisboa, promovendo uma crescente valorização da cultura portuguesa. -----

Em 2020, a EGEAC será responsável pela gestão de 26 equipamentos com atividade permanente, acrescentando à sua gestão cinco equipamentos relativamente ao ano anterior.--

A empresa espera receber 4,2 milhões de pessoas, o que representa um decréscimo de 4,5% face às expectativas de 2019. -----

Em 2020 prevê-se, em bilheteira e lojas, uma diminuição de 1,7 milhões de euros, cerca de 8,9% face à previsão para 2019. -----

No Orçamento da EGEAC para 2020, as variações face aos Instrumentos de Gestão Previsional de 2019 representam um decréscimo na ordem dos 460 mil euros. Na vertente dos rendimentos, este decréscimo reflecte essencialmente uma redução nos rendimentos de funcionamento, na ordem de 1 milhão e meio de euros, que são fruto de uma moderação nos fluxos turísticos da cidade de Lisboa, que aconselham alguma prudência na determinação dos rendimentos próprios de 2020, nomeadamente nas receitas de bilheteira, face ao comportamento já observado em 2018, e mais patente em 2019. -----

O Contrato-Programa atribui um subsídio à exploração no montante de 10 500 000,00 € (dez milhões e quinhentos mil euros), 1 Milhão de euros a mais que o ano passado para compensar a quebra nas receitas. -----

A situação financeira da empresa mantém-se estável, prevendo-se para 2020 um orçamento global de 31,6 Milhões de euros. -----

Assim sendo, a 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património, Recursos Humanos e Descentralização e a 7ª Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto, propõem ao Plenário da Assembleia Municipal de Lisboa que recomende à Câmara Municipal de Lisboa: -----

- 1. A criação de “uma imagem de marca” para os equipamentos culturais de Lisboa, dando-lhe visibilidade no exterior dos edifícios, por forma a atrair novos públicos e incentivar também a visita. -----*
- 2. Que seja criada uma estrutura de sinalética, tanto rodoviária como pedonal, para facilitar e promover o acesso aos diversos equipamentos culturais da cidade.” -----*

(Aprovados por maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ CDS-PP/ PCP/ BE/ PAN/ PEV/ MPT/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Eduardo Viana, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro – Abstensão: PSD) -----

(Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Joana Alegre e Miguel Graça da Sala de Plenário) -----



**Voto nº 90/01 (PCP)
Retificado**

(Subscrito pelo Grupo Municipal do PCP) -----

Apreciação do **Voto 090/01 (PCP) – Voto de condenação** “Por se terem condenado a pesadas penas de prisão dirigentes de forças políticas, membros do Parlamento e ex-membros do Governo da Catalunha e pela repressão contra o povo catalão”, ao abrigo do disposto na alínea c) do art.º 15º do Regimento; -----

Parte deliberativa do Voto nº 90/01 (PCP): -----

“O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa na sua Sessão, realizada no dia 26 de Novembro de 2019 delibere: -----

- *Condenar as medidas repressivas e a deriva autoritária do Governo e autoridades espanholas, nomeadamente em relação à situação na Catalunha;* -----

- *Apelar a que seja encontrada uma solução política para a questão nacional em Espanha, no respeito pela vontade dos seus povos e da salvaguarda dos direitos sociais e outros direitos democráticos;* -----

- *Apelar ao Governo Espanhol para que, na procura da solução política para o conflito, proceda à conseqüente libertação dos detidos catalães;* -----

- *Remeter o presente voto de condenação ao governo de Espanha, ao governo regional da Catalunha, às autoridades locais de Barcelona e ao MNE de Portugal.”* -----

(Aprovado por maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PCP/ BE/ PAN/ PEV/ MPT/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Eduardo Viana, Patrícia Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro – **Contra:** PSD/ CDS-PP/ Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves - **Abstenção:** 1 PS/ Deputado Municipal Independente José Alberto Franco) -----

(Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Joana Alegre e Miguel Graça da Sala de Plenário) -----

Voto nº 90/02 (PCP)

(Subscrito pelo Grupo Municipal do PCP) -----

Apreciação do **Voto 090/02 (PCP) - Voto de saudação** – “À grande luta nacional dos ferroviários”, ao abrigo do disposto na alínea c) do art.º 15º do Regimento; -----

Parte deliberativa do Voto nº 090/02 (PCP) -----

“Assim, o Grupo Municipal do PCP, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão do dia 12 de Novembro de 2019, delibere saudar os ferroviários portugueses pela sua

Handwritten signature in blue ink.

luta de então e de hoje, quer pela melhoria dos seus salários e condições de trabalho e de vida, mas também em defesa de um serviço público de transporte ferroviário de qualidade ao serviço do povo português e do país. -----

Que se remeta o presente voto de saudação para: -----

- *Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional;* -----
- *União Geral de Trabalhadores;* -----
- *FECTRANS.* -----

(Aprovado por maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ CDS-PP/ PCP/ BE/ PAN/ PEV/ MPT/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Eduardo Viana, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro – Abstensão: PSD) -----

(Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Joana Alegre e Miguel Graça da Sala de Plenário) -----

**Recomendação nº 91/02
(PCP)**

(Subscrito pelo Grupo Municipal do PCP) -----

Apreciação do Recomendação 091/02 (PCP) – “Em defesa da Tapada das Necessidades – Revogação da Deliberação 788/CM/2019”; -----

Parte deliberativa da Recomendação nº 091/02 (PCP) -----

“O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão do dia 26 de Novembro de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

- 1. Proceda à revogação da Deliberação 788/CM/2019;** -----
- 2. Inicie junto da população, com a colaboração da Junta de Freguesia da Estrela, uma auscultação da população e das Associações ligadas ao ambiente e preservação do património, a fim de definir quais as prioridades de equipamentos para usufruto da tapada, minimizando o impacte dos mesmos;** -----
- 3. Proceda a obras efectivas de requalificação do espaço, com a concomitante valorização dos bens históricos, arquitectónicos, patrimoniais e ambientais presentes na Tapada das Necessidades.”** -----

Deliberada por pontos: -----

Ponto 1

(Rejeitado com a seguinte votação: Contra: PS/ PSD/ CDS-PP/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco e

Rodrigo Mello Gonçalves – Favor: PCP/ BE/ PAN/ PEV - Abstenção: Deputados(as) Municipais Independentes: Eduardo Viana, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro) -----

Ponto 2

(Rejeitado com a seguinte votação: Contra: PS/ PSD/ Deputado Municipal Independentes Rodrigo Mello Gonçalves – Favor: CDS-PP/ PCP/ BE/ PAN/ PEV/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Eduardo Viana, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro) -----

(Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário) -----
(Ausência da Deputada Municipal Independente Joana Alegre da Sala de Plenário) -----

**Recomendação nº 91/03
(PEV)
Nova Versão (Retificada)**

(Subscrito pelo Grupo Municipal do PEV) -----

Apreciação do **Recomendação 091/03 (PEV)** – “Reabilitação da Tapada das Necessidades”; -----

Parte deliberativa da Recomendação nº 091/03 (PEV) -----

“... a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta do Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

1. Desenvolva os procedimentos necessários com vista à revogação da Deliberação n.º 788/CM/2019. -----

2. Promova um projecto de recuperação, conservação e manutenção da Tapada das Necessidades com a devida participação e envolvimento da população, da Junta de Freguesia da Estrela e de associações de defesa do Ambiente e que salvasse o acesso e usufruto públicos à população. -----

3. Apresente à Assembleia Municipal o projecto de recuperação, conservação e manutenção da Tapada das Necessidades, elaborado pelos serviços municipais, que venha a resultar desse processo de auscultação. -----

4. O processo de recuperação, conservação e manutenção da Tapada das Necessidades tenha em conta a proteção e salvaguarda do património edificado, vegetal e arbóreo existente e que seja acompanhado de uma avaliação de impactos. -----

5. Todo este processo deve ser remetido e devidamente acompanhado pelas 3ª e 4ª Comissões Permanentes. ” -----

Deliberada por pontos: -----

RJ
[Handwritten signature]

Ponto 1

(Rejeitado com a seguinte votação: Contra: PS/ PSD/ CDS-PP/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco e Rodrigo Mello Gonçalves – Favor: PCP/ BE/ PAN/ PEV- Abstenção: Deputados(as) Municipais Independentes: Eduardo Viana, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro) -----

Pontos 2 e 3

(Rejeitados com a seguinte votação: Contra: PS/ PSD/ Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves – Favor: CDS-PP/ PCP/ BE/ PAN/ PEV/ Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Eduardo Viana, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro – Abstenção: Deputado Municipal Independente António Avelãs) -----

Pontos 4 e 5

(Aprovados por unanimidade) -----

(Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário) -----

(Ausência da Deputada Municipal Independente Joana Alegre da Sala de Plenário) -----

**Recomendação nº 91/05
(PAN) Apresentada no
âmbito da apreciação das
Recomendações 091/02
(PCP) e 091/03 (PEV)**

(Subscrito pelo Grupo Municipal do PAN) -----

Apreciação da Recomendação 91/05 (PAN) – *“Pela manutenção do jardim histórico da Tapada das Necessidades”*; -----

Parte deliberativa da Recomendação nº 091/05 (PAN) -----

“...o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

- 1. Por ser causador de um empobrecimento efetivo de todos os portugueses, sejam preservadas as edificações históricas e culturais da Tapada das Necessidades; ---*
- 2. Seja feito um levantamento exaustivo de todas as suas espécies vegetais, apelando-se à sua proteção e manutenção, nomeadamente as que forem consideradas raras ou únicas; -----*
- 3. Não exista uma desafetação do espaço ao domínio público municipal, permitindo aos munícipes o seu livre acesso; -----*
- 4. Que a obra a efetuar na Tapada das Necessidades tenha por fim último e único a sua preservação e conservação.” -----*

(Aprovada por maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PCP/ BE/ PAN/ PEV/ Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Eduardo Viana, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro – Abstenção:

RJ
Joana Alegre

PSD/ CDS-PP/ Deputados Municipais Independentes: António Avelãs e Rodrigo Mello Gonçalves) -----

(Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário) -----
(Ausência da Deputada Municipal Independente Joana Alegre da Sala de Plenário) -----

Voto nº 91/01 (PEV)

(Subscrito pelo Grupo Municipal do PEV) -----

Apreciação do Voto 091/01 (PEV) - *Voto de saudação – “Dia Nacional do Não Fumador”, ao abrigo do disposto na alínea c) do art.º 15º do Regimento;* -----

Parte deliberativa do Voto nº 091/01 (PEV) -----

“...a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta do Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes: -----

1 - Assinalar o Dia Mundial do Não Fumador, acompanhando todas as campanhas conducentes ao correcto esclarecimento da população fumadora. -----

2 - Saudar todas as iniciativas que promovam a saúde pública, a prevenção do tabagismo e um ambiente saudável. -----

Mais delibera ainda:

- Enviar a presente deliberação à Direção-Geral da Saúde, à Fundação Portuguesa de Cardiologia, à Comissão de Tabagismo da Sociedade Portuguesa de Pneumologia e a todos os vereadores na CML.” -----

Deliberado por pontos:

Ponto 1

(Aprovado por unanimidade) -----

Ponto 2

(Aprovado por maioria com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ BE/ PAN/ PEV/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Eduardo Viana, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro – Abstenção: Deputado Municipal Independente Rui Costa) -----

(Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário) -----

(Ausência da Deputada Municipal Independente Joana Alegre da Sala de Plenário) -----

TU
[Handwritten signature]

**Recomendação n.º 91/04
(PAN)
Nova Versão**

(Subscrito pelo Grupo Municipal do PAN) -----

Apreciação da Recomendação 091/04 (PAN) - “Bicicletas – Mais Estacionamento e Transporte nos Autocarros”, ao abrigo do disposto na alínea c) do art.º 15º do Regimento;

Parte deliberativa da Recomendação n.º 091/04 (PAN) -----

“... o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa: -----

1. A concretização da Recomendação 01/096 - Mais estacionamentos para bicicletas em Lisboa, votada nesta Assembleia Municipal a 23 de fevereiro de 2016, deliberada por pontos, aprovados por maioria; -----

- A criação de lugares de estacionamento de bicicletas seguros (de preferência com circuito filmado) perto de terminais de transporte (Cais Sodré, Terreiro do Paço, Rossio, Entrecampos, Oriente, etc.), onde as pessoas possam deixar a bicicleta durante a noite, sendo estes estacionamentos preferencialmente cobertos; -----

- A criação de lugares de estacionamento de bicicletas em todos os jardins públicos, com número de lugares dependente da dimensão do jardim, mas em local bem visível do público em geral; -----

- A criação de lugares de estacionamento de bicicletas à entrada de todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados, com número de lugares dependente da dimensão do estabelecimento de ensino, mas em local bem visível do público em geral; -----

- A criação de uma regra para que todos os estacionamentos pagos (empresas, centros comerciais, da EMEL, etc.) sejam obrigados a ter uma área para estacionamento de bicicletas correspondente a 10% do número de vagas do estacionamento (se o estacionamento tem 500 vagas de carros, seria obrigado a ter 50 vagas para bicicletas), ajustando-se à medida das necessidades reais observadas no terreno. -----

2. Que a Câmara Municipal de Lisboa desenvolva os seus melhores esforços junto do IMT no sentido de viabilizar a introdução de um sistema de transporte de bicicletas tipo “racks” ou semelhante, já adotado noutras capitais da Europa, no exterior frontal do autocarro e que a Carris possa gerir o seu desenvolvimento na frota de forma progressiva; -----

3. Garantir que os ciclistas não terão um custo acrescido por transportarem as bicicletas nos transportes públicos, nomeadamente pelo uso das “racks”; -----

4. Enviar esta recomendação para as associações que defendem o uso de meios de mobilidade suave e associações de defesa e proteção ambiental.” -----

W
[Handwritten signature]

Deliberada por pontos:

Ponto 1

(Aprovado por maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ CDS-PP/ PAN/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Eduardo Viana, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Rodrigo Mello Gonçalves e Teresa Craveiro – **Contra:** PCP/ BE/ PEV/ Deputado Municipal Independente Rui Costa - **Abstenção:** PSD) -----

Pontos 2, 3 e 4

(Aprovados por maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ CDS-PP/ PCP/ BE/ PAN/ PEV/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Eduardo Viana, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro - **Abstenção:** PSD) -----

(Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário) -----

(Ausência da Deputada Municipal Independente Joana Alegre da Sala de Plenário) -----

Voto nº 91/02 (PS)

(Subscrito pelo Grupo Municipal do PS) -----

Apreciação do Voto 091/02 (PS) - Voto de saudação – “À construção da Democracia em Portugal”, ao abrigo do disposto na alínea c) do art.º 15º do Regimento; -----

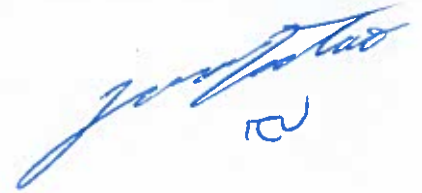
Parte deliberativa do Voto nº 091/02 (PS) -----

“...Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sessão de 26 de novembro de 2019 expresse a sua saudação por todos os que contribuíram para a instauração do regime democrático em Portugal na resistência à ditadura, na concretização do 25 de Abril de 1974, e no processo de construção das instituições constitucionais, antes e após a aprovação da Constituição.” -----

(Aprovado por maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PAN/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Rui Costa e Teresa Craveiro – **Contra:** BE/ Deputados Municipais Independentes Eduardo Viana e Patrícia Gonçalves - **Abstenção:** PSD/ CDS-PP/ PCP/ PEV/ Deputados(as) Municipais Independentes, José Alberto Franco, Miguel Graça e Rodrigo Mello Gonçalves) -----

(Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário) -----

(Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Ana Gaspar e Joana Alegre da Sala de Plenário) -----



**Voto nº 91/03 (PSD/CDS-PP/MPT/PPM/ DM IND Rodrigo Mello Gonçalves)
3ª Nova Versão**

(Subscrito pelos Grupos Municipais do PSD/ CDS-PP/ MPT/ PPM/ e pelos Deputados Municipais Independentes Rodrigo Mello Gonçalves e Raul Santos) -----

Apreciação do Voto 091/03 (PSD/ CDS-PP/ MPT/ PPM/ DM IND Rodrigo Mello Gonçalves) - Voto de Saudação – “Pelo 44º Aniversário do 25 de Novembro de 1975 e Pela Construção da Democracia Portuguesa”, ao abrigo do disposto na alínea c) do art.º 15º do Regimento; -----

Parte deliberativa do Voto nº 091/03 (PSD/ CDS/ MPT/ PPM/ DM IND Rodrigo Mello Gonçalves) -----

“...vêm os Grupos Municipais do PSD, CDS, PPM, MPT e o deputado municipal independente Rodrigo Mello Gonçalves propor que a Assembleia Municipal de Lisboa, na 91ª reunião da Sessão de 26 de Novembro, delibere:

Saudar o 25 de Novembro de 1975, como o dia que confirmou Portugal na senda da Democracia, da Liberdade, Igualdade e Solidariedade iniciada a 25 de Abril de 1974. -----

- *Manifestar o seu agradecimento a todos os que ousaram contrariar a deriva totalitária, com particular ênfase ao denominado “Grupo dos Nove”, ao coordenador operacional General Ramalho Eanes, e a todas as unidades militares da Região Militar de Lisboa que consubstanciaram a derrota da mesma, com destaque para os Comandos da Amadora. -----*
- *Remeter o presente voto de saudação para os seguintes militares e/ou respectivas famílias: -----*
 - *General António Ramalho Eanes;*
 - *General Pedro Pizarat Correia;*
 - *General Manuel Franco Charais;*
 - *General José Manuel Costa Neves;*
 - *À família do General Jaime Neves*
 - *À família do Almirante Vítor Crespo;*
 - *Coronel Vasco Lourenço;*
 - *Coronel José Canto e Castro;*
 - *Coronel Rodrigo Sousa e Castro;*
 - *À família do Coronel Vítor Alves;*
 - *À família do Coronel Ernesto Melo Antunes.*
- *Remeter o presente voto ao Regimento de Comandos da Amadora -----*

(Aprovado por maioria com a seguinte votação: Favor: PSD/ CDS-PP/ Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves – Contra: BE/ PCP/ PEV/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Eduardo Viana, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Rui Costa, Teresa Craveiro - Abstensão: PS/ PAN) -

(Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário) -----

(Ausência das Deputadas Municipais Independentes Ana Gaspar e Joana Alegre da Sala de Plenário) -----

Proposta n.º803/CM/2019

(Subscrita pelo Senhor Vereador José Sá Fernandes)

Apreciação da **Proposta 803/CM/2019 - Ratificação dos actos de autorização da repartição de encargos praticados pelo Sr. Vereador José Sá Fernandes através dos Despachos proferidos em 11.02.2019 e 11.07.2019 e autorização da repartição de encargos para os anos económicos 2020, 2021 e 2022, no âmbito do “Concurso Público 13/CPI/DA/DCP- para a aquisição de serviços de manutenção e conservação em espaços de Jogo e Recreio da Estrutura Verde da Cidade de Lisboa”, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto no n.º 1, do art.º 6.º e no art.º 24.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;** -----

(Aprovada por maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PAN/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Eduardo Viana, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Rui Costa, Teresa Craveiro – **Contra:** PCP/ PEV – **Abstenção:** PSD/ CDS-PP/ BE/ Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves) ---

(Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário) -----
(Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Joana Alegre) -----

Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos: -----

Na Proposta 803/CM/2019: -----

No considerando c) -----

Onde se lê: -----

“Sr. Vereador José Sá Fernandes em 11.02.2019, com a seguinte” -----

Deve ler-se: -----

“Sr. Vereador José Sá Fernandes em 11.07.2019, com a seguinte”; -----

Na parte final da parte deliberativa, deve ser acrescentado o seguinte parágrafo: -----
“O enquadramento orçamental da despesa foi efetuado, de acordo com os seguintes códigos: Orgânica S18.02, Económica: 02.02.25 e Ação do Plano A4.P001.02.” -----

Proposta n.º804/CM/2019

(Subscrita pelo Senhor Vereador José Sá Fernandes)

Apreciação da **804/CM/2019 - Prévia autorização da assunção de encargos para o ano económico de 2020, no âmbito do procedimento para “Aquisição de Serviços de Produção dos Equipamentos de Multimédia e de Iluminação para a Exposição “Variações Naturais”, que integra a programação da “Lisboa – Capital Verde Europeia, 2020”, nos**



termos da proposta e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nas alíneas b) do art.º 3.º e a) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redacção atual e no n.º 1 do art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redacção actual; -----

(Aprovada por maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ BE/ PAN/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Eduardo Viana, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Rui Costa, Teresa Craveiro – **Contra:** PCP/ PEV – **Abstenção:** PSD/ CDS-PP/ Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves) -----

(Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário) -----

(Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Joana Alegre) -----

Proposta n.º805/CM/2019

(Subscrita pelo Senhor Vereador José Sá Fernandes)

Apreciação da Proposta 805/CM/2019 - Prévía autorização da assunção de encargos para o ano económico de 2020, no âmbito do procedimento para “Aquisição dos Serviços de Produção, Instalação e Montagem das Estruturas Cenográficas para a Exposição “Variações Naturais”, que integra a programação da “Lisboa – Capital Verde Europeia, 2020”, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, nas alíneas b) do art.º 3.º e a) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redacção atual e no n.º 1 do art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redacção actual.-----

(Aprovada por maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ BE/ PAN/ Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Eduardo Viana, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Rui Costa, Teresa Craveiro – **Contra:** PCP/ PEV – **Abstenção:** PSD/ CDS-PP/ Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves) -----

(Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário) -----

(Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Joana Alegre) -----

Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos: -----

Na Proposta 805/CM/2019: -----

No último considerando da alínea a) -----

Onde se lê: -----

“- Recebidos os referidos cadernos de projeto, torna-se necessário neste momento adquirir os serviços de produção dos Equipamentos de Multimédia e de Iluminação que vão compor a Exposição ...” -----

Deve ler-se: -----

“– Recebidos os referidos cadernos de projeto, torna-se necessário neste momento adquirir os serviços para a construção e montagem das Estruturas Cenográficas para a Exposição “Variações Naturais” ...” -----

Nesta Sessão, o Senhor Deputado Municipal Independentes Raul Santos não esteve presente, não participando assim nas votações dos pontos da Ordem de Trabalhos deliberados. -----

Nesta Sessão, o Grupo Municipal do PPM não esteve representado porque a única Deputada Municipal desse grupo foi substituída por um Deputado Municipal do CDS-PP, na ordem da lista da Coligação Nossa Lisboa, por aplicação do disposto no n.º 2 do art.º 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual.-----

Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 3 do artigo 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e, ainda, ao abrigo do despacho da Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, datado de oito de outubro de dois mil e dezoito, exarado em folha anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017, eu Elisabete, Coordenadora do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, a elaborei e subscrevi.-----

Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por encerrada esta sessão às vinte horas e vinte e dois minutos. -----

Sala de reuniões da Assembleia Municipal de Lisboa, vinte e seis de novembro de dois mil e dezanove.-----

----- O Presidente -----


----- José Maximiano Leitão -----